



Jefferson Kravchychyn sugere que CNJ examine políticas mais abrangentes

Na quinta-feira (15/8), Jefferson Kravchychyn encerra seu segundo mandato seguido como membro do Conselho Nacional de Justiça, como representante da advocacia. Poucos dias antes de deixar o CNJ, ele sugere que o conselho reduza a análise de casos individuais e passe a examinar políticas mais abrangentes para o Judiciário.

Outra sugestão de Kravchychyn é o agendamento de mais sessões, para que os julgamentos não ocorram com atraso. Essa demora, explica o conselheiro, prejudica outros órgãos, que ficam no aguardo das decisões administrativas do CNJ. Entre as questões específicas, a que merece destaque por parte do conselheiro é a definição sobre o não cumprimento de decisões judiciais, como a situação dos precatórios.

Como solução, ele aponta a mudança na legislação, para reduzir a quantidade de recursos antes da sentença definitiva, além de uma mudança cultural. Essa alteração é necessária porque os brasileiros, sem buscar outras formas de resolução, adotam sempre a via judicial. Um caminho pode ser, em sua opinião, a criação de instâncias administrativas, para solucionar conflitos de trânsito, por exemplo.

Ao comentar a importância do CNJ, prestes a completar oito anos, Kravchychyn afirma que o conselho começa a ser visto pelos tribunais e magistrados como órgão de planejamento e administração do Judiciário. Para ele, o CNJ tem papel fundamental no fomento ao diálogo entre os tribunais.

Em quatro anos no CNJ, Jefferson Kravchychyn foi relator de 428 processos, incluindo a criação do sistema de previdência complementar do Judiciário, a uniformização das custas processuais e o programa de valorização do magistrado. *Com informações da Assessoria de Imprensa do CNJ.*

Date Created

12/08/2013